



Sistemas participativos de garantia para avaliação da conformidade orgânica em territórios da reforma agrária do Brasil: instrumentos de organização da produção agroecológica

Participatory Guarantee Systems for assessing organic conformity in agrarian reform territories in Brazil: instruments for organizing agroecological production

VIEIRA, Daniel Cordeiro¹; COIMBRA, Roberta Sartini²; FEITOSA, Ana Cristina³;
¹ Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS, danielcvmg@gmail.br; ² Cooperativa Central dos Assentamentos do Rio Grande do Sul - COCEARGS, robertascoimbra@gmail.com; ³ Cooperativa Central das Áreas de Reforma Agrária do Ceará Ltda - CCA- CE, agroecologiacris@gmail.com.

RESUMO EXPANDIDO

Eixo Temático: Sistemas Agroalimentares e Economia Solidária

Resumo: O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) é um dos principais movimentos sociais do campo, destacando-se pela luta em prol da reforma agrária e o enfrentamento ao agronegócio e ao latifúndio improdutivo. O movimento reconhece que a produção agroecológica e a preservação ambiental são fundamentais para essa luta e, nos últimos anos, deu início ao processo de certificação participativa como forma de organização das famílias assentadas que adotam práticas agroecológicas. Este texto é resultado de uma pesquisa que aponta a importância da certificação participativa nos assentamentos de reforma agrária no Brasil, identificando os territórios com maior avanço nesse processo e demonstrando sua conexão com as pautas de luta do próprio MST.

Palavras-chave: agroecologia; certificação orgânica; assentamentos; MST.

Introdução

O MST é o principal movimento social que luta pela reforma agrária no Brasil, prestes a completar 40 anos em 2024. Desde sua origem, nas primeiras ocupações realizadas pelos(as) camponeses(as) do sul do país, os principais objetivos eram a socialização dos meios de produção, produzir alimentos e a organização de forma cooperada.

É fato que nos primeiros 15 anos de luta pela terra, o movimento reproduzia as tecnologias da revolução verde nos territórios conquistados. No entanto, naquele período já se observavam diversas iniciativas dos próprios assentados, visando resgatar os saberes tradicionais e adotar técnicas alternativas para a produção de alimentos, sementes crioulas e hortos medicinais. Além disso, algumas experiências com a agricultura orgânica também estavam em curso.

Ao mesmo tempo o MST teve contatos, através de intercâmbios internacionais, com outros movimentos sociais do campo que desenvolviam práticas de produção agroecológica realizadas pelos próprios camponeses.

Ao longo dos anos, o Agronegócio tem sido apontado como o modelo de produção agroindustrial incentivado pelos governos, desde a época da ditadura militar. No entanto, esse modelo apresenta um elevado custo financeiro, ambiental e social. Ele depende amplamente de recursos públicos para se sustentar, além de



contribuir para o desmatamento e a desertificação dos biomas. Além disso, ao longo do tempo, o Agronegócio tem sido responsável pelo deslocamento forçado de milhões de pessoas de seus territórios.

No início dos anos 2000, o agronegócio passou a aumentar a produção de commodities, utilizar agrotóxicos cada vez mais agressivos à saúde, incorporar as sementes transgênicas no cultivo dos grãos e a destruir mais intensivamente o meio ambiente. Para o MST estava claro que apenas conquistar a terra e organizar cooperativas de produção não era suficiente. Era necessário também combater o agronegócio em outras frentes, ganhando força os debates com relação à agroecologia e a soberania alimentar. Esses elementos aparecem nas deliberações dos Congressos Nacionais do MST realizados em 2000 e 2007 e irão se tornar parte do programa agrário do movimento a partir do VI Congresso, em Brasília, no ano de 2014. (MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA, 2018).

Nos primeiros anos do século XXI, por entender que a assistência técnica e extensão rural convencional reproduziam o modelo tecnológico do agronegócio, o MST iniciou a organização de cursos técnicos em agroecologia nos seus centros de formação, além de realizar atividades de capacitação da sua base social. Os avanços se tornaram evidentes com o passar do tempo, com o surgimento de assentamentos dedicados exclusivamente para a produção agroecológica. Essa trajetória permitiu que o MST seja reconhecido atualmente como o maior produtor de arroz orgânico da América Latina, conforme dados do Instituto Riograndense do Arroz - IRGA. (RAUBER, 2019).

Por entender a importância da semente para a soberania alimentar, o MST ainda em 1997, organizou uma cooperativa nacional para a produção de sementes agroecológicas. Atualmente a Rede de Sementes Agroecológicas, Bionatur envolve mais de 350 famílias de agricultores e agricultoras produzindo sementes de hortaliças, plantas ornamentais, forrageiras e grãos (BIONATUR, 2023)

Em 2020, o movimento lançou também o “Plano Nacional Plantar Árvores, Produzir Alimentos Saudáveis”, que tem entre seus objetivos plantar mais de 100 milhões de árvores em 10 anos, denunciando os crimes ambientais do agronegócio e ao mesmo tempo criando condições nos assentamentos para a recuperação ambiental e a produção agroecológica.

Ao longo desse período, também surgiram debates relacionados à produção agroflorestal, a permacultura, técnicas como a homeopatia e mais recente tem ganhado força as iniciativas relacionadas à produção de bioinsumos necessários para uma maior autonomia dos agricultores no processo produtivo.

Cada vez mais os assentados e assentadas da reforma agrária se envolvem na produção agroecológica, com processos participativos que envolvem trocas de experiências, de saberes culturais, comercialização e de certificação da produção.

Em relação à certificação orgânica da produção, o MST vem desenvolvendo experiências participativas desde 2011, conforme destacado por Feitosa (2023). Os produtos dos assentamentos são certificados em diferentes modalidades, seja por meio de auditoria, ou por intermédio de uma Organização de Controle Social (OCS) para a venda direta ou por Organismo Participativo de Avaliação da Conformidade Orgânica (OPAC). Atualmente, duas cooperativas da reforma agrária obtiveram credenciamento como OPAC junto ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA): a Cooperativa Central das Áreas de Reforma Agrária do



Ceará Ltda (CCA- CE), e a Cooperativa Central dos Assentados do RS (COCEARGS).

O objetivo deste artigo é destacar alguns elementos sobre a importância da Certificação Participativa para os assentamentos da reforma agrária. Isso envolve tanto a participação das famílias assentadas quanto o processo de agregar valor à produção e o diálogo com os consumidores sobre a importância da alimentação saudável, da função social da terra e da agroecologia.

Metodologia

Para a sistematização dos dados sobre a certificação da produção orgânica em áreas do MST, foram estabelecidos contatos com dirigentes nacionais e estaduais do Setor de Produção, Cooperação e Meio do Ambiente do movimento no período de 2020 a 2023. Também foram consultadas reportagens na página online do MST e dados oficiais da certificação orgânica do Brasil, os quais são atualizados mensalmente pelo Ministério da Agricultura, por meio do Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos (CNPO). Ademais, foram realizados contatos diretos com algumas certificadoras por auditoria e com algumas OPACs que possuem parceria com o MST e fornecem apoio na certificação das famílias assentadas.

Durante as entrevistas, foram abordados diversos temas, incluindo o diagnóstico da produção agroecológica nos estados, levantamento dos assentamentos e municípios a agroecologia tem progredido, a existência de certificação da produção, seja participativa ou por auditoria, as certificadoras ou OPAC envolvidas, a presença de agroindústrias certificadas no estado e os tipos de produção processados nestas agroindústrias. Simultaneamente, foram sistematizadas as experiências de cooperativas dos assentados que são credenciadas como OPAC e a metodologia de trabalho das mesmas.

No que diz respeito ao método de certificação, o principal instrumento adotado nos assentamentos é o Sistema Participativo de Garantia (SPG). Esse sistema viabiliza a participação das famílias assentadas, que se organizam em grupos de produção orgânica. A certificação participativa é legalmente reconhecida, e os selos das OPAC são aceitos nos mercados convencionais em todo o país. Essa metodologia possibilita a comercialização de alimentos saudáveis em feiras, mercados convencionais, mercados institucionais, cestas da reforma agrária, além de assegurar um processo contínuo de organização e formação para as famílias. O método adotado no SPG envolve a organização dos agricultores em grupos de base, os quais são responsáveis pela avaliação e monitoramento da conformidade orgânica, envolvendo os registros das atividades coletivas e manejos produtivos.

Resultados e Discussão

O levantamento realizado junto ao MST apontou 1.297 famílias com algum processo de certificação da produção orgânica em acampamentos e assentamentos em 10 estados do Brasil: Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Minas Gerais, Distrito Federal, Bahia, Ceará, Maranhão e Rondônia.



Deste total, cabe destaque para o Rio Grande do Sul, que conta com 509 famílias certificadas principalmente por meio da COCEARGS. O Paraná, por sua vez, registra mais 307 famílias certificadas, principalmente pela Rede ECOVIDA de Agroecologia. No entanto, também foram identificadas famílias certificadas por auditoria nesses estados.

Vale ressaltar também os casos no Nordeste brasileiro, com destaque para os estados do Ceará e da Bahia, nos quais o processo de certificação teve início mais recentemente em comparação aos estados do Sul do país. O Ceará registra atualmente 82 famílias orgânicas (42 certificadas e 40 em processo de transição), organizadas pela CCA-CE. Na Bahia são 41 famílias que possuem certificação orgânica por meio de uma parceria estabelecida com a Rede Povos da Mata.

Dentre as entidades certificadoras, foram encontradas diversas parcerias, como OPACs e algumas empresas especializadas em auditoria. As duas cooperativas que se destacam nesse cenário são: a COCEARGS, sediada no Rio Grande do Sul, e a CCA-CE, no Ceará. Ambas são formadas pelos assentados e obtiveram credenciamento junto ao Ministério da Agricultura para atuar como OPAC nos assentamentos e acampamentos. Além dessas cooperativas, também foram identificadas outras entidades atuantes no Sistema Participativo de Garantia (SPG) em áreas de assentamentos, como a Rede Ecovida de Agroecologia, Rede Povos da Mata, OPAC Brota Cerrado, OPAC Orgânicos Sul de Minas e OPAC Orgânicos Jequitinhonha. Elas desempenham um papel fundamental na certificação orgânica em assentamentos em diversos estados. Entre as certificadoras que realizam auditorias, merecem destaque a ECOCERT, o IBD e o TECPAR, que desempenham um papel significativo na certificação em áreas de assentamentos em todo o país.

O Rio Grande do Sul foi berço das metodologias e práticas coletivas de avaliação da produção ecológica desde a década de 1970 nas organizações de agricultores e consumidores. Esse histórico de vivências deu base para a formulação da metodologia da Certificação Participativa e a articulação para que essa prática fosse reconhecida dentro das normativas referentes à produção orgânica no MAPA, tendo como principal ação organizativa as históricas feiras ecológicas, que além de fortalecerem os laços entre quem produz e quem consome, também caminha para o debate da popularização do acesso ao alimento orgânico.

A COCEARGS desempenha um papel fundamental na certificação dos assentamentos no Rio Grande do Sul. Autorizada pelo MAPA, ela atua em diversos escopos, incluindo Produção Primária Vegetal e Animal, Processamento de Origem Vegetal e Animal, bem como Processamento de Insumos Agrícolas.

Entre os produtos orgânicos do estado, destaca-se a cultura do arroz, mas a certificação também abrange feijão, milho, soja, hortaliças, fruticultura, sucos, produção de mudas e sementes. Os assentamentos localizados na região metropolitana de Porto Alegre desempenham um papel significativo no abastecimento de aproximadamente 40 feiras orgânicas na capital e entorno. A organização dessa produção é realizada por meio de grupos gestores que atuam em diferentes linhas produtivas, como arroz, sementes e hortas.

No estado do Ceará, a CCA-CE está promovendo reuniões nos assentamentos com o propósito de acompanhar o processo de certificação orgânica de maneira participativa. Os agricultores estão agrupados em grupos compostos por pelo menos 5 famílias assentadas. Atualmente, os agricultores orgânicos nos



assentamentos do Ceará somam um total de 82 famílias, dos quais 23 possuem certificação pelo SPG, 19 obtiveram certificação pela OCS, enquanto outras 40 famílias assentadas estão organizadas em 5 núcleos que estão em processo de adequação às normas de conformidade orgânica.

Atualmente a CCA-CE, está credenciada no MAPA abrangendo os seguintes escopos: Produção Primária Vegetal, Produção Primária Animal, Produção Processada Vegetal, Produção Processada Animal e Insumos Agrícolas. A cooperativa conta com um sistema participativo de garantia com 5 Núcleos Gestores, organizados por cooperativas regionais, onde 4 deles têm agroindústrias. As principais cadeias produtivas dessas cooperativas são: castanha de caju, polpa de frutas, mel puro, mandioca, bovinocultura leiteira e ovinocaprinocultura.

Existe a expectativa de que o total de famílias certificadas em assentamentos e acampamentos seja maior do que os dados atualmente disponíveis, devido a algumas dificuldades no levantamento das informações. Essa afirmação baseia-se em diversos motivos: a) as informações foram obtidas com os dirigentes estaduais do MST, porém existem iniciativas isoladas de famílias que organizam o processo de certificação sem o envolvimento da direção do movimento, o que significa que algumas famílias não são conhecidas pelos dirigentes; b) há casos de grupos coletivos de mulheres com produção certificada, mas nos dados do Ministério da Agricultura consta apenas uma família como representante do grupo; c) existem famílias que produzem de forma agroecológica cujo principal destino da comercialização são as políticas institucionais, como o PAA¹ e o PNAE², no entanto devido aos cortes de recursos nessas políticas nos últimos anos, algumas famílias temporariamente deixaram o processo de certificação; d) foram relatados grupos coletivos, em 3 estados, com venda direta ao consumidor e certificados por OCS, mas acredita-se que esse processo de certificação ocorra em outras regiões, principalmente em municípios onde são organizadas feiras de produção orgânica com a participação de assentados; e) algumas das OPAC observaram que os dados CNPO geralmente apresentam defasagem e nem sempre estão atualizados.

Conclusões

A certificação participativa da produção agroecológica permite que as famílias nos assentamentos de reforma agrária participem e se organizem por meio de reuniões, capacitações, visitas de pares e visitas cruzadas entre grupos. Além disso, o SPG abrange uma variedade de temas que vão além da técnica de produção orgânica. Esses temas incluem soberania alimentar, gênero, juventude, cooperação, agregação de valor da produção e organização de base.

Dessa forma, a organização dos grupos de assentados para a certificação participativa fortalece a organicidade do MST, que considera esses temas como pautas políticas fundamentais para a mobilização e organização de sua base social.

De forma geral, a certificação participativa atende às necessidades de comercialização de produtos orgânicos da maioria das cooperativas vinculadas ao MST, propiciando a venda direta ao consumidor, em feiras, nos Armazéns do

¹ Programa de Aquisição de Alimentos

² Programa Nacional de Alimentação Escolar



Campo e supermercados e entrega nas políticas públicas (PNAE e PAA), além de fornecer matéria prima para agroindústrias.

No entanto, existem desafios a serem enfrentados pelo movimento. Alguns exemplos incluem um maior envolvimento das cooperativas de produção na certificação participativa, a ampliação da produção agroecológica certificada, o estabelecimento de trocas de experiências entre os estados mais avançados no SPG e aqueles que possuem produção orgânica, mas ainda não estão certificados. Além disso, é necessário organizar cursos para os agricultores, incluir o tema da certificação nos cursos formais de ciências agrárias, promover a produção de bioinsumos e estabelecer uma rede de comercialização da produção agroecológica.

No entanto, é reiterada a necessidade de políticas públicas participativas nas atividades de certificação orgânica, com apoio na produção, comercialização e organização dos produtores orgânicos. Caso não haja ações consistentes por parte do Estado brasileiro no apoio a esse método de certificação da produção orgânica, a correlação de forças com a produção convencional se torna muito desigual.

Referências bibliográficas

BIONATUR Sementes Agroecológicas. 2023. Disponível em: <https://www.bionatursementes.bio.br/>. Acesso em: 24 jun. 2023

BRASIL. MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA. **Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos**. 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/sustentabilidade/organicos/cadastro-nacional-produtores-organicos>. Acesso em: 24 jun. 2023.

FEITORA, Cristina. A certificação orgânica participativa das áreas de Reforma Agrária do MST Ceará. **Revista Sem Terra Ceará**, Fortaleza, v. 2, n. , p. 24-27, dez. 2022

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. Agroecologia e o MST. [s.l.], 2018. Disponível em: <https://mst.org.br/2018/10/24/agroecologia-e-o-mst/>. Acesso em: 24 jun. 2023.

RAUBER, Maiara. Conheça a maior produção de arroz agroecológico da América Latina, ligada ao MST. **Brasil de Fato**. Porto Alegre, p. 4-5. mar. 2019. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2019/03/12/mst-e-o-maior-produtor-de-arroz-organico-da-america-latina>. Acesso em: 24 jun. 2023